

PROCESSO Nº : 2018 130100 00026
UNIDADE GESTORA : 130100
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 34/2018
SGD Nº 2018/09049/000669

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins - SEPLAN**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016, alterado pelo Decreto nº 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 208 e 209**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **superávit** orçamentário de **75,65%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução com percentual médio de **102,51%** conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	5.662.966,00	4.556.799,63	80,47
Receitas de Capital	184.578.863,00	190.462.722,26	103,19
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	-
TOTAL	190.241.829,00	195.019.521,89	102,51





FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100	0,00	34.619,08	-
103	0,00	32.789,96	-
225	57.696.524,00	2.421.149,95	4,20
226	0,00	726.273,49	-
422	132.545.305,00	191.804.689,41	144,71
TOTAL	190.241.829,00	195.019.521,89	102,51

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **baixo** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **21,99%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	22.043.888,00	22.041.450,13	99,99%
Despesas de Capital	193.956.025,00	25.448.901,14	13,12%
TOTAL	215.999.913,00	47.490.351,27	21,99%

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 - Recursos Ordinários	24.629.554,00	24.627.113,46	99,99
103 - Contrapartida	1.128.530,00	1.128.526,19	100,00
225 - Rec. de Conv. Federais	57.696.524,00	5.122.747,98	8,88
4220 - Operação de Créditos Externas - Em moeda	132.545.305,00	16.611.963,64	12,53
TOTAL	215.999.913,00	47.490.351,27	21,99

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado às **fls. 208 e 209**, **refletem uma redução de 5,38%**, o que preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 195.019.521,89**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 29.191.002,03**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 22.185.653,51** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 60.405.210,62**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 47.490.351,27**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 183.820.570,01**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 21.400.110,11**, restando saldo de **R\$ 54.090.356,66** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às **fls. 212/213**.

3.6 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelos Investimentos e Imobilizado com o Passivo Não Circulante, representado pelo parcelamento junto ao IBAMA, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor.

3.7 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.413.888,12**, deste montante **R\$ 1.236.963,74** refere-se a restos a pagar



processados e **R\$ 3.176.924,38** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. 212.

3.7.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 210, do qual foi liquidado **R\$ 525.730,82**, pago **R\$ 525.730,82** e cancelado **R\$ 3.616.991,65**, justificado os cancelamentos à fl. 256.

3.7.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 211, foi pago **R\$ 1.004.006,19** e cancelado **R\$ 257.460,58**, restando um saldo de **R\$ 1.981.972,32**, justificado à fl. 256.

3.7.3 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 40.873.089,02**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 54.205.032,48**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 13.331.943,46**, conforme fl. 219.

3.8 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, estão registrados no imobilizado (**Balanço Patrimonial**) à fl. 217, no valor total de **R\$ 32.573.868,29**, sendo **R\$ 25.156.186,08** em bens imóveis e **R\$ 7.417.682,21** em bens móveis, já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, fls. 264 a 356. O órgão juntou nota explicativa à fl. 253, no entanto a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, as deficiências apontadas neste, impossibilitam os técnicos desta controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos das contas do SISPAT.

3.9 A conta contábil "Estoques", fl. 217, apresenta saldo no valor de **R\$ 60.598,95**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque às fls. 361 a 377.

3.10 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à fl. 217 registra saldo no valor total de **R\$ 52.273.637,20**, conferindo com os extratos das contas bancárias e divergindo com o saldo do Balanço Financeiro às fls. 212 e 213. Consta-se que neste demonstrativo foram considerados, como Equivalente de Caixa, valores das contas contábeis do subgrupo 1138XXXXX Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo. Não há justificativa referente a esta divergência.

3.10.1 Observa-se o fechamento do saldo no valor total de **R\$ 6.273.637,20** com os devidos extratos e conciliação bancária fls. 380 a 438, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 47.090.612,33**:

1 - **R\$ 92.415,73** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 46.998.196,60** nas contas bancárias específicas;



[Handwritten signatures and initials]

b) aplicação financeira poupança **R\$ 5.183.024,87.**

3.11 As contas do Passivo Circulante, **fl. 217**, totalizam um saldo de **R\$ 75.197.728,57**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.12 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante", **fl. 217**, registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 127.055,00**, referente a obrigações a Longo Prazo (parcelamento de auto de infração conforme **fl. 220**), com amortização no montante de **R\$ 181.032,77**, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R\$ 240.446,43**.

3.13 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 233.071.580,08** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 223.153.006,00**, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de **R\$ 9.918.573,48**, conforme demonstrado às **fls. 215 e 216**.

3.14 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 54.090.356,66**, à **fl. 222**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins - SEPLAN**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a emissão de **01** (um) despacho e a avaliação prévia de **03** (três) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017**, **01** (um) atendimento via telefone e **03** (três) atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado **não realizou** Auditoria de Regularidade na **Secretaria do Planejamento e Orçamento**



Handwritten signatures and initials in blue ink.



do Tocantins – SEPLAN, no exercício em análise, conforme informado no documento à fl. 477.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. 23 a 163, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE/TO.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE/TO aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para **Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins - SEPLAN**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.2 O Relatório demonstra que as atribuições do **Órgão** foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 27 a 32, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1149 - Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos, Programa 1166 – Planejamento, Orçamento e Gestão** e com suporte nas ações do **Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.3 Para o objetivo da entidade foram estabelecidas **82** (oitenta e duas) metas físicas regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica um baixo desempenho, em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, sendo que não houve execução de **49** (quarenta e nove) metas conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 44 a 125.

6.4 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **10** (dez) indicadores, dos quais **03** (três) apresentam um nível satisfatório para o órgão, mas sem identificar na análise a fórmula de cálculo dos mesmos, **02** (dois) insatisfatório, **01**(um) consta inconsistência na análise e os outros **04** (quatro) não tenham sido apurados, conforme demonstrado às fls. 33 a 43.

6.5 Para o alcance dos objetivos do Órgão foram elaboradas **23** (vinte três) ações temáticas, sendo **14** (quatorze) de natureza atividade e **09** (nove) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um **baixo grau** de eficiência, com a não realização física de **09** (nove) e financeira de **06** (seis) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 126 a 156.

6.6 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04** (quatro) ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **99,98%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 157 a 161.

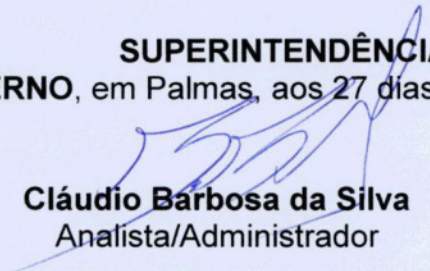


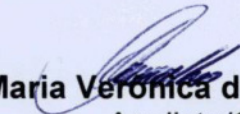


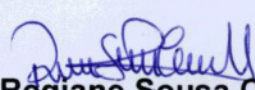
7. Com referência à força de trabalho foi informado às **fls. 454 a 476**, um quantitativo de **233** servidores, sendo que **2** servidores foram admitidos no exercício de **2017** por meio de concurso e **62** por meio de contrato temporário, **no entanto, a planilha, às fls. 472 a 476**, contendo os dados dos servidores contratados, diverge deste quantitativo, vez que, consta apenas **42** dos **62** informados.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **David Siffert Torres, Regina Sônia Botelho Martins** e outros relacionados neste processo, à **fl. 07, COM RESSALVAS** aos itens **3.7.1, 3.7.2, 3.8, 3.10, 6.3, 6.4, 6.5 e 7**, deste relatório.

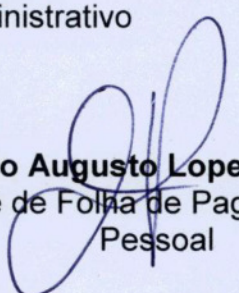
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018.

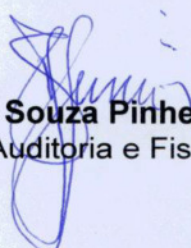

Cláudio Barbosa da Silva
Analista/Administrador


Maria Verônica de Carvalho Silva
Analista/Contador


Regiane Sousa Chaves
Analista/Assistente Administrativo


Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação do PPA e do
Desempenho da Gestão
Governamental


Paulo Augusto Lopes Ribeiro
Gerente de Folha de Pagamento e de
Pessoal


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 27/02/2018.


Silene Ribeiro De Souza
Superintendente

